

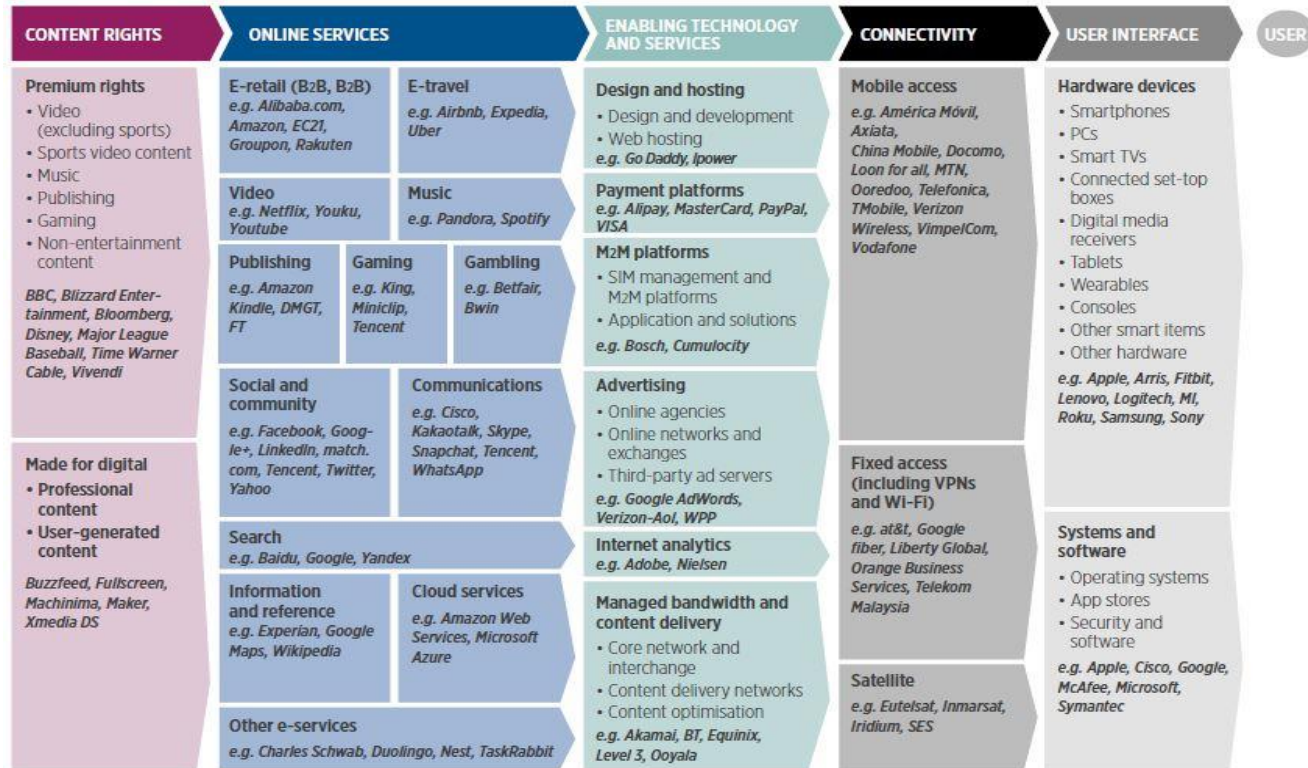


Removing asymmetries and barriers to expansion - *Key aspects for the regulatory reform of the digital ecosystem*

Serafino Abate
Director, Competition Economics
GSMA

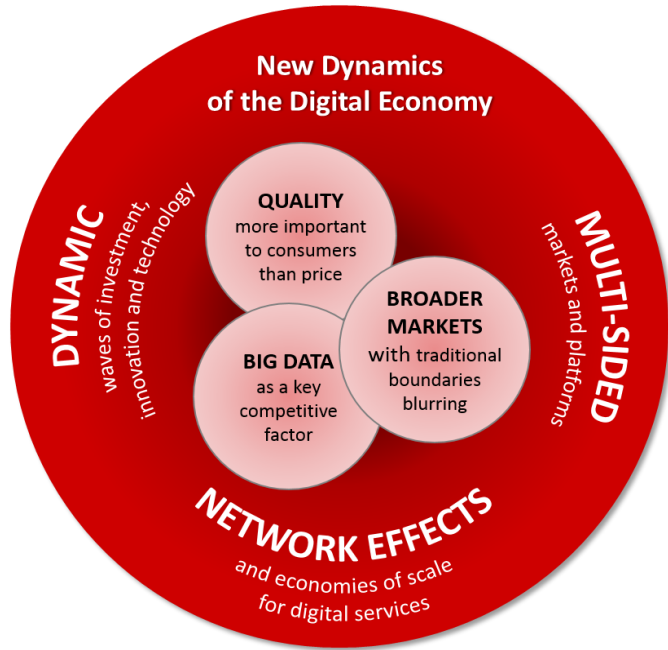
*Telebrasil Painel, 23 November 2016
Brasilia*

The internet value chain – a rich and diverse ecosystem



Note: M2M is machine to machine, and VPN is virtual private network.
Source: A.T. Kearney analysis

The characteristics of the digital economy



Modularity

- All digital players engage each other across the value chain in a variety of roles
- Digital sector is not a collection of related but separate markets but rather a single, integrated ecosystem

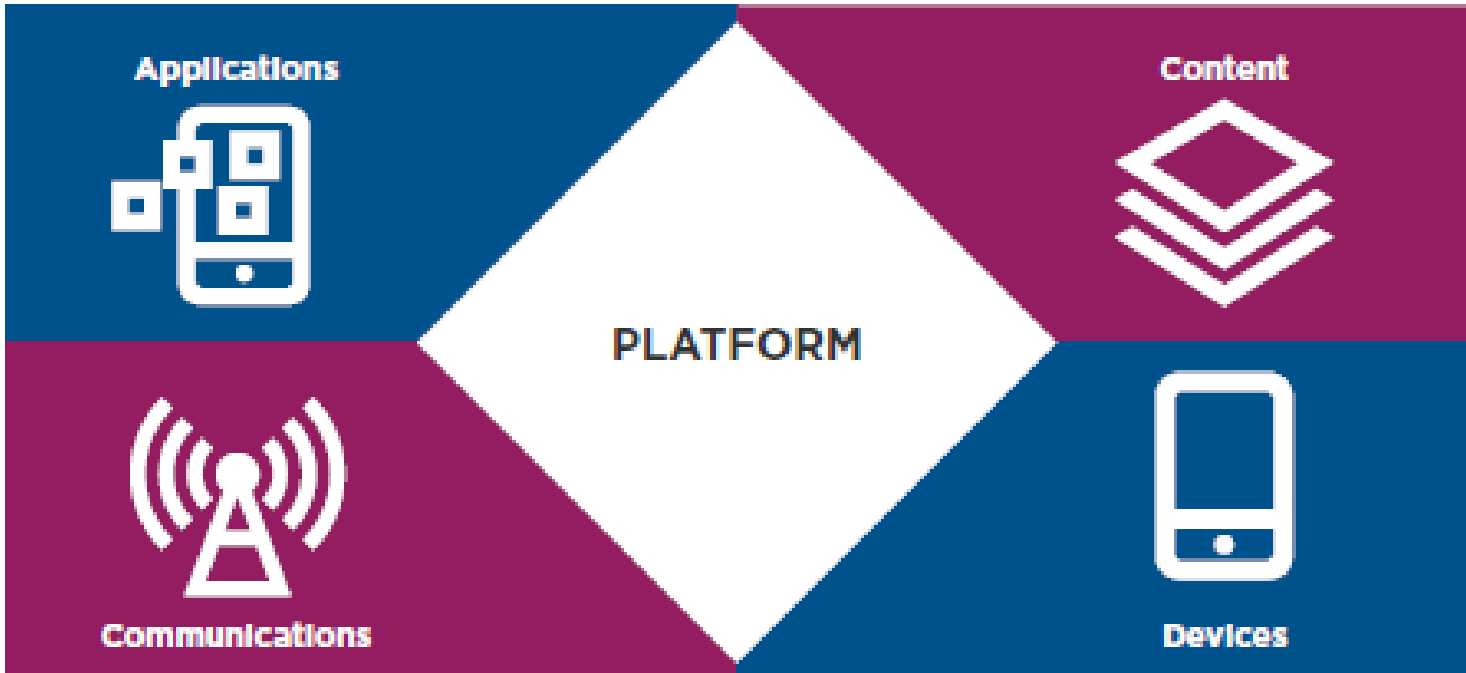
Economies of Scale and Scope/Network Effects

- Competition “for” the market, not “in” the market
- Consumers benefit from size and scope; regulation should not impose barriers to their realization

Dynamic Competition

- Transformative innovation generates choice and value for consumers
- Static “dominant” positions are dynamically contestable
- Regulation should not inhibit innovation and investment

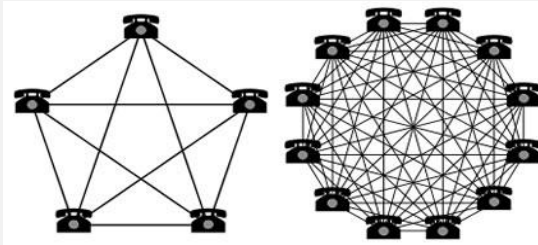
The Modules Comprise a Platform



Economies of Scale and Network Effects Benefit Consumers

Network effects

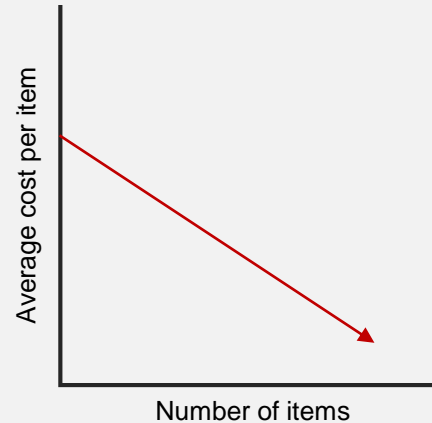
(demand side)



Metcalfe's law: *The value of a telecommunications network is proportional to the square of the number of connected users of the system (n^2).*

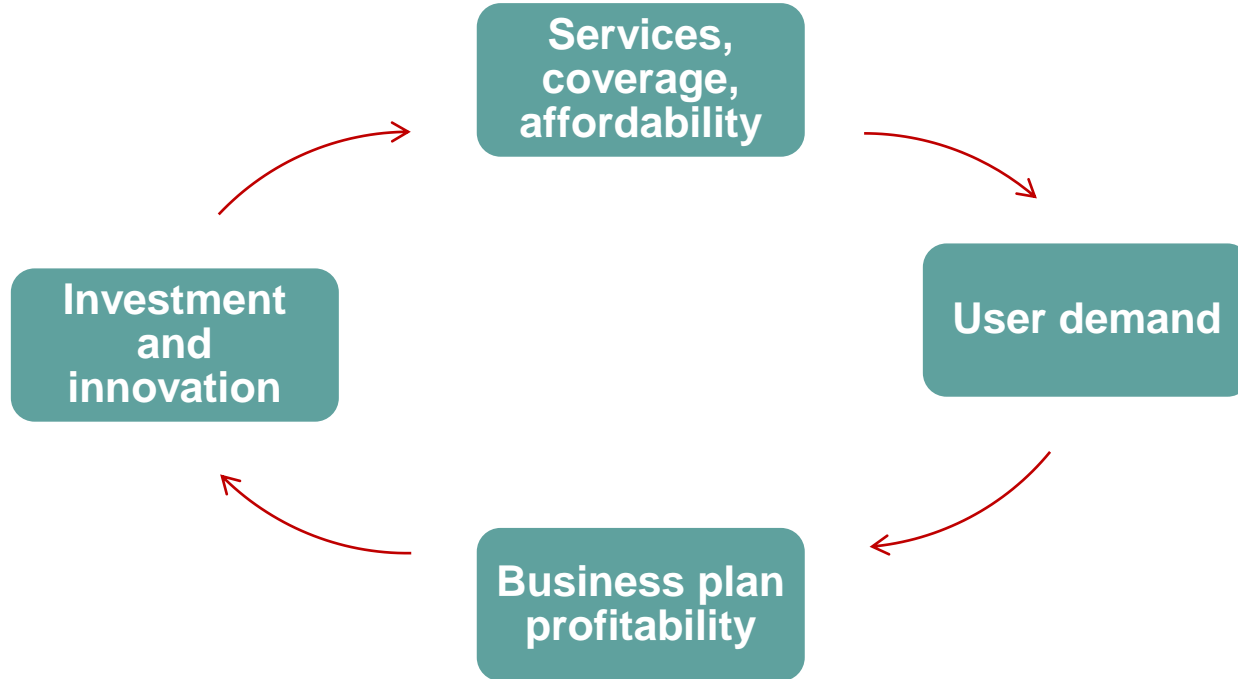
Economies of scale

(supply side)





Dynamic Competition - Drives Innovation and Investment





Examples of Discriminatory Regulation - 1

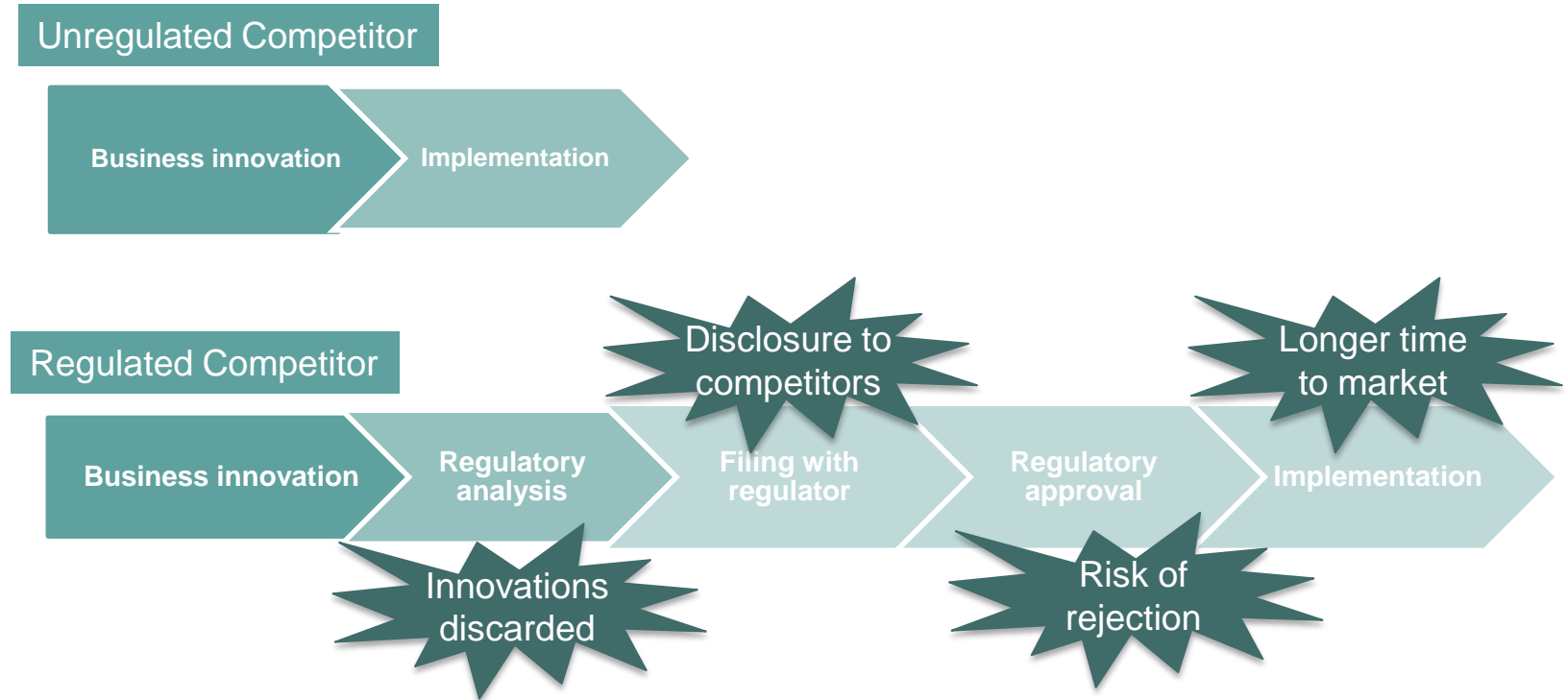
Issue	Applications	Communications	Content	Devices
Consumer Protection	General CP law.	Specific regulation: portability, opt-in services, specific consumer protection offices	Age-related, violence, sex; otherwise general CP law	General CP law
Competition Enforcement and Economic Regulation	General competition law	Industry specific obligations and regulatory institutions. Asymmetric access regulation to SMP operators	Compulsory licensing for some content; otherwise general competition law Restrictions on advertising time Restrictions on foreign ownership	General competition law
Intellectual Property	General IP/competition law	General IP law	Mandated licensing of some content Specific regulation of IP rights management	General IP law Mandated licensing for IP included in some standards Compulsory levies to content rights owners
Privacy and Data Protection	General privacy regulation	Industry specific regulation (e.g., "CPNI"); licence conditions	Specific regulation (e.g. images of minors; 'right to be forgotten')	General privacy regulation



Examples of Discriminatory Regulation - 2

Issue	Applications	Communications	Content	Devices
Resource Management	None	Regulated allocation of spectrum, numbering and access to property (rights of way), regulation of technology transitions	Regulated allocation of spectrum for broadcasters	None
Security	Data requests by authorities	Legal interception of communications Retention of call data records Interoperability with military networks	State secrets regulation	Little or no regulation Current battle over encryption
Taxes	Sales tax with potential for jurisdiction shopping	Sales tax Spectrum charges Sector specific taxes Luxury taxes	Sales tax Levies to fund local production and public television	Sales tax Import duties
Universal Access/ Universal Service	No regulation. No obligations to contribute to funds	Obligation to provide basic set of services at affordable prices and wide coverage (“carrier of last resort”) Contribution by telcos to universal service fund Included as licence obligation for mobile operators	Included as licence obligation for broadcasters; no obligations for others	No regulation

Regulatory Discrimination Impedes Competition



Costs and Consequences of Legacy Regulation

Regulating well is always difficult...

- Lack of information leads to regulatory errors, distorting markets and competition
- Market conditions and technologies change in unpredictable ways
- Regulations often impose substantial compliance burdens
- Regulation inevitably benefits some interests over others

...and more so in the digital ecosystem

- Complexity of digital markets increases regulatory error
- Rapid change accelerates regulatory obsolescence
- Innovation and entry are distorted by regulatory burdens and risks
- Higher regulatory distortions raise returns to rent-seeking

Discriminatory, prescriptive regulations inhibit the growth of the digital ecosystem and reduce consumer welfare

Principles of a New Regulatory Framework

Functionality-based

- Pursue regulatory goals based on achieving regulatory objectives, not legacy structures based on industries or technologies

Dynamic

- Prefer performance based regulation with ex post enforcement over prescriptive, ex ante rules

Bottom-up

- Evaluate regulation – including the need for regulation – in light of current market realities

Reduces regulatory asymmetries, promote dynamic competition and innovation, and allow regulatory objectives to be achieved more effectively at lower cost



Assegurar tratamento isonômico para serviços equivalentes

Mudar as estruturas tributárias para igualar as condições de prestação

Criar regras de qualidade de serviço compatíveis com o fato de o serviço ser fornecido por múltiplas empresas

A regulação deve assegurar que os novos serviços do ecossistema digital forneçam ao usuário o mesmo nível de proteção e transparência que os serviços existentes.

Sujeitar todas as empresas às mesmas condições de colaboração com a justiça

Atualizar o conceito de concessão

EXEMPLOS DE DISCRIMINAÇÃO REGULATÓRIA

TEMA	APLICAÇÕES	COMUNICAÇÕES	CONTEÚDO	DISPOSITIVOS
Proteção do consumidor	Legislação de defesa do consumidor	Regulação específica: portabilidade, serviços opt-in, órgãos específicos de proteção ao consumidor	Classificação etária, violência, sexo e outras leis de proteção ao consumidor	Legislação de defesa do consumidor
Defesa da concorrência e regulação econômica	Legislação de defesa da concorrência	Obrigações e entidades regulatórias específicas para o setor Regulação assimétrica para atores com poder de mercado significativo Regulação de preços de varejo e tarifas	Licenciamento compulsório de parte do conteúdo; caso contrário, legislação de defesa da concorrência Restrições ao tempo de publicidade Restrições contra capital estrangeiro	Legislação de defesa da concorrência
Propriedade intelectual	Legislação sobre PI e concorrência	Legislação sobre PI	Licenciamento compulsório de parte do conteúdo Regulamentação específica sobre gestão de PI	Legislação sobre PI Algumas normas incluem licenciamento compulsório de PI. Tarifas compulsórias em favor dos detentores dos direitos
Privacidade e proteção de dados	Legislação de privacidade	Regulação específica para a indústria; condições para licenciamento	Regulação específica (p.ex. imagens de menores, "direito de ser esquecido")	Legislação de privacidade
Gerenciamento de recursos	Nenhuma regulação	Regulações sobre atribuição de espectro, numeração, direito de passagem, e transições tecnológicas	Regulação sobre atribuição do espectro para radiodifusão	Nenhuma regulação
Segurança	Solicitações de dados por autoridades	Interceptação legal das comunicações Retenção de registros de chamadas Interoperabilidade com redes militares	Regulação relacionada a segredos de Estado	Pouca ou nenhuma regulação Criptografia em debate
Tributação	Imposto sobre vendas, criando possibilidade de busca de jurisdições mais favoráveis ("jurisdiction shopping")	Imposto sobre vendas Taxas relacionadas a espectro Taxas específicas para o setor Impostos sobre bens e serviços de luxo	Imposto sobre vendas Taxas para financiar produções locais e televisão pública	Imposto sobre vendas Tarifas de importação
Universalização de serviços de telecomunicações	Nenhuma regulação. Não é obrigatório contribuir para nenhum fundo	Obrigação de fornecer serviços básicos a preços acessíveis e com ampla cobertura Teles contribuem para fundos de universalização de serviços de telecomunicações Incluído como obrigação de licenciamento para operadores de redes móveis	Incluído como obrigação de licenciamento para radiodifusoras Nenhuma obrigação para outros atores	Nenhuma regulação

FONTE: NERA ECONOMIC CONSULTING

Melhorar a experiência dos usuários promovendo a competição em atendimento, condições de contratação e qualidade de serviço

Foco na transparência para o usuário y na experiência do usuário

O foco da regulação não deve ser na imposição de multas que afetem a capacidade de investimento da indústria

A disponibilização de espectro e a facilitação da instalação e do compartilhamento de infraestrutura (torres, antenas, uso do subsolo etc.) devem também ser objetivos de política pública

A regulamentação da qualidade deve ser acompanhada por estudos de custo-benefício baseados em dados reais e em estudos de mercado

A utilização, pelos órgãos reguladores, de entidades externas para validação das informações de qualidade das empresas reguladas deve ocorrer somente em casos imprescindíveis

As metas de qualidade devem ser compatíveis com as necessidades dos consumidores, com a maturidade de desenvolvimento do setor e com a infraestrutura existente no país



Otimizar o aproveitamento do espectro, insumo essencial para a indústria

Ampliar o espectro à disposição da indústria para melhorar a cobertura, a capacidade, a qualidade, além de promover a adoção de novas tecnologias

Desenvolver e publicar um plano de uso do espectro de médio e longo prazo, incluído o cronograma

Alinhar o Plano de Atribuição, Destinação e Distribuição de Faixas de Frequências às recomendações internacionais, com o objetivo de conseguir harmonização em nível regional

Leilões de espectro sem caráter arrecadatário e que promovam a neutralidade tecnológica





Racionalizar o sistema tributário aplicável ao setor para tornar os serviços mais acessíveis e promover a inclusão digital

A tributação das telecomunicações não deve criar distorções nas decisões de consumo e investimento

A tributação da indústria deve ser simplificada, pois está sujeito a um número grande de taxas e impostos, federais e estaduais

Devem-se eliminar aqueles tributos incidentes sobre inadimplência e dúvidas sobre cobrança (especialmente, o ICMS), pois a receita não é gerada mesmo após o consumo ter sido feito e o serviço faturado

A dupla tributação em certo tipo de serviços deve ser eliminada, pois impacta diretamente o custo dos serviços (sendo os mais relevantes o roaming e a interconexão)

As contribuições para os fundos setoriais (principalmente, o FUST e o FUNTTEL) devem ser racionalizadas

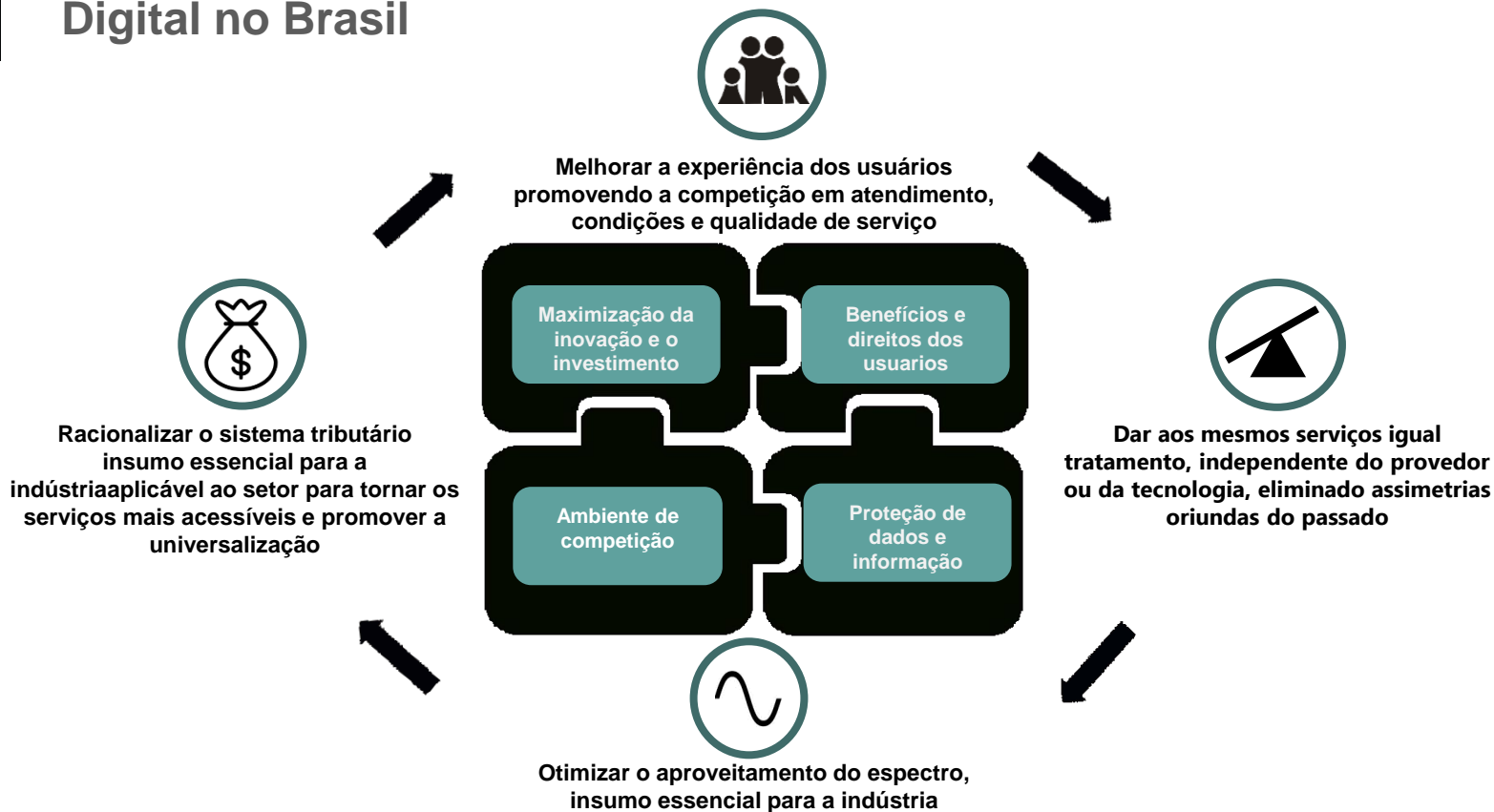
As taxas devem ser racionalizadas e ligadas à capacidade do objeto taxado de gerar receita - é importante mudar o FISTEL, que tem gerado grandes distorções nas ações e investimentos das empresas

Eliminar as diferenças existentes entre os tributos (ICMS) aplicados nos estados

Devem ser buscadas alternativas que viabilizem a expansão da rede móvel e das redes de nova geração, o que contribui de forma direta para o desenvolvimento do setor, para os objetivos de massificação da banda larga, de inclusão digital e para gerar impactos economicamente positivos na sociedade

Brasil tem uma das tributações mais altas no mundo quando considerado o custo total de propriedade do aparelho celular (33,2% em 2014) e as receitas das operadoras (40,3%) (Deloitte, 2015). A média global é de 20,1% e 31,9%, respectivamente. Não só os impostos e taxas são altos, mas a estrutura é complexa. Afetam os preços dos serviços os impostos ISS e o ICMS (que varia dependendo do estado) e as taxas diretas sobre receita (FUST e FUNTTEL). Também se aplicam outras taxas arrecadadas pela operação na rede, sendo o FISTEL o mais importante. As taxas e impostos não podem ser compensados entre eles, gerando, assim, um efeito em cascata que tem impacto direto nos preços dos serviços e na capacidade de investimento das operadoras.

Elementos chave para a modernização da regulação do Ecossistema Digital no Brasil





Obrigado

Serafino Abate

Director, Competition Economics
GSMA

sabate@gsma.com